

- the Twentieth Century*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.
- HALL, STUART (1996), «Who needs identity?», in Stuart Hall e Paul du Gay (eds.), *Questions of Cultural Identity*, Londres, Sage Publications, pp. 1-17.
- HERZFELD, MICHAEL (1997), *Cultural Intimacy. Social Poetics in the Nation-State*, Nova Iorque, Routledge.
- HERZFELD, MICHAEL (1992), *The Social Production of Indifference*, Chicago, Berg.
- MARX, GARY (1995), «Undercover in comparative perspective: some implications for knowledge and social research», in C. Fijnaut e G. T. Marx, *Undercover: Police Surveillance in Contemporary Perspective*, Norwell, Kluwer Academic Publishers, pp. 322-337.
- MILANDOU, AUGUSTIN-MARIE (1997), «'Type connu! Qui le connaît pas?' Anonymat et culture populaire à Brazzaville», in *L'Homme*, 141, Janeiro-Março, pp. 119-130.
- NATANSON, MAURICE (1979), «Phenomenology, anonymity and alienation», in *New Literary History*, vol. 10 (3), pp. 533-546.
- NISSENBAUM, HELEN (1999), «The meaning of anonymity in an information age», in *The Information Society*, 15, Taylor and Francis, pp. 141-144.
- NISSENBAUM, HELEN (1998), «Protecting privacy in an information age: the problem of privacy in public», in *Law and Philosophy*, 17, pp. 559-596.
- NORRIS, CLIVE, e ARMSTRONG, GARY (1999), *The Maximum Surveillance Society. The Rise of CCTV*, Oxford, Berg.
- ORAVEC, JO ANN (2003), «The transformation of privacy and anonymity: beyond the 'right to be let alone'», in *Sociological Imagination*, vol. 39, n.º 1, pp. 3-23.
- PINA CABRAL (2003), «Identidades inseridas», conferência proferida no Instituto de Ciências Sociais, <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2003/WP2-2003.pdf>.
- POSTER, MARK (1995), *The Second Media Age*, Cambridge, Polity Press.
- POSTER, MARK (1990), *The Mode of Information: Post Structuralism and Social Context*, Cambridge, Polity Press.
- TERROLE, DANIEL (1996), «Anonymisation et défense collective», in *Ethnologie française*, xxvi, 3, *Mélanges*, pp. 418-425.
- TORPEY, JOHN (2000), *The Invention of the Passport: Surveillance, Citizenship and the State*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SCHEPER-HUGHES, NANCY (2001), «Bodies for sale — whole or in parts», in *Body and Society*, vol. 7 (2-3), pp. 1-8.
- SIMMEL, GEORG (2004 [1903]), *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*, Lisboa, Relógio d'Água.

CATARINA FRÓIS

François Godicheau, La guerre d'Espagne, république et révolution en Catalogne (1936-1939), Paris, Ed. Odile Jacob, 2004, 459 páginas.

A guerra de Espanha é uma das maiores tragédias do século xx: verdadeira espiral dos conflitos ideológicos internacionais da época, ultrapassa largamente a esfera nacional pelo seu impacto, assim como pela representação que fornece do confronto final e trágico de forças antagonistas já em formação desde o início do século. No entanto, a importância histórica desse evento, onde as forças sociais desembocam numa luta violenta, encontra-se em desequilíbrio nítido com a sua abordagem pela disciplina histórica. O tema da guerra de Espanha foi, além disso, principalmente abordado por aficionados ou memorialistas, ou seja, «através de uma grelha antes de tudo moral» (p. 14) como afirma François Godicheau, como se fosse um domínio à parte na história. Durante muito tempo foi quase exclusi-

vo o movimento de memória dos vencidos, ou o esquecimento dos eventos, como se fossem tabu¹.

O livro de François Godicheau inscreve-se, assim, no recente esforço para refazer uma história da guerra de Espanha depois de um período de amnésia voluntária da sociedade espanhola (necessário talvez para que haja uma transição democrática?). Desde logo, o autor propõe um renovamento da visão e do questionamento sobre a guerra, deixando de lado as perspectivas tradicionais. Para isso introduz a problemática das relações entre o Estado, os organismos políticos e a sociedade, entre a tentativa de ordem e a desordem real da sociedade. A obra trata principalmente do movimento anarco-sindicalista catalão (CNT, Confederação Nacional do Trabalho, FAI, Federação Anarquista Ibérica, e JJLL, Juventudes Libertárias), visto através do prisma de dois fenómenos essenciais que caracterizavam a Espanha do início do século: o problema da ordem pública (violência dos conflitos sociais e instabilidade política não integradas num sistema institucional legítimo) e o do renascimento constante do movimento anarquista. O autor trata, assim, da participação anarco-sindicalista na guerra, da sua integração — tão criticada pelos seus próprios militantes e anarquistas do mundo inteiro — no sistema governamental através da sua colaboração com o Estado republicano e das transformações que se operaram no seu seio.

¹ B. Bennassar, *La guerre d'Espagne et ses lendemains*, Ed. Perrin, Paris, 2004, p. 9.

O autor esboça num primeiro capítulo um resumo histórico da vida sindical e anarquista espanhola, com as primeiras greves, contestações operárias e atentados desde finais do século XIX. Convém lembrar as interessantes semelhanças com o próprio movimento português, que segue um percurso cronológico paralelo ao espanhol. Dessas primeiras reivindicações passa-se à guerra social dos anos 1917-1923, traduzida na luta de classes, na prática do bombismo, da greve geral e do atentado, e, finalmente, à militarização — vista como necessária pelo governo — de um sistema incapaz de integrar essa conflitualidade social acrescida. A ditadura de Primo de Rivera é a resposta a essa luta social exacerbada entre patrões e operários, «pistoleros» e «CNTistas». Com a vitória republicana nas urnas em 1931 assiste-se à formação de um bloco de esquerdas mais unido entre comunistas e socialistas que tenta, sem sucesso, seduzir a CNT.

A polarização política e ideológica substitui-se progressivamente à polarização social à volta dos conceitos de fascista/antifascista inspirados pelo pesado contexto internacional que dão uma maior identidade política aos actores sociais. Mas o novo regime faz rapidamente apelo à repressão, esmagando a greve geral de 1934 e pondo fim às garantias constitucionais.

Godicheau analisa em seguida os eventos de 1936 na Catalunha: as eleições e a vitória republicana, a participação anarquista no governo da Generalitat, o forte movimento popular que se organiza frente à

ameaça franquista. A constituição de colunas de milicianos e de comités é imediata, promovendo a colectivização das terras, semeando em alguns casos o «terror revolucionário», continuando a guerra.

Assiste-se, portanto, à formação de dois campos que se enfrentam: o republicano, marcado pela diversidade social e política entre socialistas, republicanos e anarquistas, e o dos conservadores, muito mais unido. Ora, para compensar essa desigualdade, os sucessivos governos republicanos vão operar uma homogeneização ideológica contínua e progressiva durante todo o período da guerra. O espírito de consenso que reinava é gradualmente substituído por um espírito unanimista que funcionará cada vez mais com a repressão. É frente à necessidade dessa unidade tão pregada que a CNT decide integrar o governo. A guerra, único programa político republicano, será o valor que cimentará a esquerda.

O Estado retoma então progressivamente o controlo da força pública: tribunais, corpos de polícia, são criados ou recuperados institucionalmente a partir dos corpos populares. Essa legalização afecta a própria CNT, o que é contestado pelas suas bases: estas recusam a integração no Estado e escapam ao controlo da direcção CNTista, o que o governo critica.

A necessidade da integração e paralelo desarmamento dessa retaguarda torna-se problemática: e os que são então considerados «incontrolados» — noção que se torna gradualmente extensiva a todos os que perturbam a unidade política e recu-

sam o desarmamento — cada vez mais criticados.

A análise do controlo crescente do Estado republicano sobre essa retaguarda é um dos pontos mais interessantes desta obra. A direcção da CNT, que prega os valores da disciplina e da responsabilidade, é também cada vez mais criticada pelas suas bases mais radicais, FAI ou JJLL, ou por agrupamentos recentemente criados, como o dos «amigos de Durruti», miliciano anarquista prestigiado morto na frente pouco antes.

A repressão contra os meios anarco-sindicalistas e contra o POUM (Partido Operário de Unificação Marxista), os seus métodos e a sua organização, constitui outra das partes mais interessantes da obra de Godicheau. O desarmamento sistemático dos CNTistas e POUMistas levado a cabo pela polícia governamental, comandada por Rodríguez Salas, causa uma forte agitação em Barcelona nos primeiros meses do ano de 1937. No dia 3 de Maio, essas tensões explodem: os guardas de assalto da Generalitat invadem o prédio da *Telefonica*, controlado pela CNT, sob o pretexto de esta espiar as chamadas telefónicas do governo. Os militantes resistem e as barricadas opõem rapidamente os comités de defesa da CNT e o governo. Essa invasão, que faz perto de 500 vítimas, é vista como uma provocação da parte do governo, pois estava prevista com antecedência: insere-se na táctica já antepeneada de golpe contra a FAI, a ala mais radical da CNT.

Contra essa pretensa desordem revolucionária, e para disciplinar os «incontrolados», a República cons-

trói então uma nova justiça especializada. Esta vai essencialmente contra os anarco-sindicalistas, acusados de participarem nos eventos de Maio, mas também no caso dos «cemitérios clandestinos», assassinios e inumações posteriores, datando do Verão de 1936 e revelando a violência do início da guerra. No entanto, a justiça ainda age de maneira autónoma em relação aos partidos políticos. A partir de Novembro de 1937 ganha um carácter cada vez mais expeditivo e coloca-se ao serviço do PSUC (Partido Socialista Unificado da Catalunha), da ERC (Esquerda Republicana Catalã), até do PCE, para eliminar os seus adversários, POUM e CNT, apoiada pela arbitrariedade acrescida da polícia.

Em Junho, todo o comité executivo do POUM é preso e Andrés Nin, o seu líder, é assassinado pelos serviços secretos soviéticos. O processo do POUM é um dos episódios mais marcantes do período. Mas, segundo François Godicheau, o processo nunca foi estudado objectivamente, pois os autores que abordaram a questão sempre a reduziram a uma estratégia de Moscovo para provarem a teoria da colaboração entre o trotskismo e o fascismo. O processo do POUM é um exemplo no meio de muitos outros: François Godicheau mostra que a tese do *complot* trotskista internacional não é independente da acção das outras forças políticas republicanas, desta vez nacionais, que para ela contribuem, demonstrando como esse tipo de processos políticos serve para legitimar o discurso partidário da política governamental. No processo do

POUM, a justiça tenta estabelecer uma ligação entre o partido e a resistência dos dias de Maio de 1937. Através desses casos montados pela polícia há uma tentativa de afirmação de uma ordem republicana que nunca existiu, de legitimação institucional do governo, servido por uma polícia que cria provas e uma justiça que se afirma antifascista, mas que na realidade teoriza o consenso político.

E também uma paranóia do *complot*, omnipresente no campo republicano, que leva o governo a conspirar contra todos os que não se insiram nessa unanimidade republicana. A propaganda política e a expressão livre são proibidas e os militantes são acusados de «derrotismo», de «alta traição» ou de «espionagem». A máquina policial cria acusações e alimenta os tribunais com casos fantoches que lembram o procedimento da mais repressiva das ditaduras: qualquer crítica é assimilada a uma vontade de romper a unidade do campo republicano. Frente a essa repressão que atinge na maioria os seus militantes, e principalmente os mais novos das juventudes, a CNT sente-se impotente, pois qualquer oposição ao poder resultaria na sua própria exclusão do governo. A única solução que parece antever é a integração cada vez maior do movimento anarco-sindicalista no Estado: para isso cria a sua própria comissão jurídica regional, que é suposto defender os prisioneiros e acusados anarquistas. Mas a dificuldade de se manter na legalidade política e de defender simultaneamente os actores de Maio de 1937 leva-a à discriminação dos seus próprios confederados.

O caso dos «prisioneiros antifascistas» é exemplar: abandonados pela CNT, estes criticam o caminho tomado pela direcção e a inutilidade da comissão, criando comités de prisioneiros que reclamam um regresso à ideologia anarquista. Mas a CNT só consegue libertar alguns dos seus presos, e isso sob a condição de colaborar com o governo Negrin e de pacificar os seus prisioneiros mais radicais e agitados. Mais uma vez, as vias que a CNT toma passam pelo «circunstancialismo», ou seja, a adaptação às circunstâncias do momento, apesar de esses métodos serem criticados pelas suas bases e considerados uma forma de oportunismo. A comissão jurídica da CNT torna-se, aliás, progressivamente um organismo de suborno dos funcionários do governo e da justiça para a salvaguarda da liberdade dos militantes confederados.

O autor apresenta na parte final do seu trabalho, sem dúvida, uma das mais interessantes conclusões da obra: a da transformação do movimento libertário, cujas divisões foram sempre, segundo ele, subavaliadas pela historiografia. Talvez pelo facto de o movimento libertário querer esquecer a incontestável bolchevização das suas estruturas e um «circunstancialismo» tão incompatível com a mentalidade anarquista? Logo desde o início da guerra, a FAI integra a CNT e ambas têm a mesma direcção. Mais tarde, CNT, FAI e JJLL unem-se no ML, Movimento Libertário, dotado de um comité central. Um aparelho de «coordenação e informação» é criado depois dos eventos de Maio de 1937, tendo um

papel conspirativo, de informação e espionagem. Outros organismos vêm homogeneizar o movimento, como a CAP (Comissão de Acção Política) ou o CEML (Comité Executivo do Movimento Libertário), que congrega as direcções dos três movimentos. No entanto, esse aparelho organizativo não consegue dissimular as divisões existentes entre a direcção e as suas bases, ou entre as JJLL da Catalunha e o comité peninsular da FIJL (Federação Ibérica das Juventudes Libertárias)... Aliás, a criação de um *bureau* de propaganda política é aceite em toda a Espanha, com a excepção da Catalunha, o que revela o carácter autónomo e específico do movimento catalão.

A retirada do governo por parte da CNT seria demasiado arriscada: houve então uma adaptação às estruturas governativas e uma progressiva verticalização do poder.

Apesar da sindicalização obrigatória e do entusiasmo inicial da guerra, a desmobilização política é total e a conflitualidade social espanhola, em vez de integrada, é diluída. Todo o controlo e a hierarquização sociais para enquadrar a mobilização necessária da frente antifascista falharam. E a retaguarda, que o governo tentou desarmar e mobilizar para servir os seus propósitos, foi derrotada por uma guerra intestina.

Se no resto da Europa foi a primeira guerra mundial que permitiu uma fortificação e um maior controlo do Estado sobre as populações, é a guerra civil que cumpre esse papel em Espanha. Opera-se a integração da esfera nacional, mas o movimento anarco-sindicalista fica para trás, ex-

cluído da possibilidade de existência num sistema de relações pacíficas com o Estado. Finalmente, a reestruturação da CNT prova o impacto da repressão e a sua bolchevização pode ser vista como um tipo de instinto de sobrevivência ou de adaptação conjugado com uma indiscutível derrota dos ideais anarquistas.

A originalidade deste trabalho reside na sua dedicação especial à evolução do movimento anarco-sindicalista, alvo de uma repressão muitas vezes negada ou simplesmente desconhecida. Mas François Godicheau relata também a evolução dos corpos de repressão, da legitimidade das instituições, que permitem ao autor efectuar uma reflexão social global, esclarecedora e objectiva, que parte de uma posição que procura ser antes de tudo neutra. Só podemos lamentar a ausência de um comparatismo nítido entre a Catalunha e a Espanha que permitiria a um leitor menos conhecedor perceber a forte especificidade da região aqui estudada.

No final da obra percebe-se nitidamente como Barcelona, terra da revolução e das barricadas, acabou por ser tomada sem resistência alguma pelo franquismo. Pois, adicionando-se à repressão e às divisões políticas e ideológicas, vem também a fome e o esgotamento, moral e físico, assim como ideológico, das populações. O pensamento do quotidiano, da sobrevivência, sobrepõe-se fatalmente ao ideológico. O grande mérito do autor reside em transmitir ao leitor o clima social do momento, muitas vezes deixado de lado, mas essencial para a compreensão das aparentes contradições a que se assiste.

Quase ignorando os temas mais revisitados da guerra, como as experiências comunitárias, o relato de episódios individuais ou o memorialismo, o trabalho de François Godicheau, baseado numa profunda pesquisa dos arquivos e na realização de milhares de fichas individuais de militantes, completa a historiografia da guerra de Espanha, dando-lhe novo incremento. Partindo da problemática das relações entre a organização política e a sociedade, através do caso anarco-sindicalista, faz ressaltar a complexidade da guerra: por trás de um só vocábulo escondem-se múltiplas realidades e conflitos. O que é certo é que a guerra de Espanha contribuiu ao fim de duas características endémicas da sociedade espanhola: um Estado fraco e um movimento anarquista tardio, forte e persistente. Através da repressão contra os elementos radicais, da centralização do poder e da reorganização institucional operada pelo governo republicano abriu-se a via para um Estado estruturado, em seguida recuperado pelo franquismo.

FILIPA FREITAS

Ana Maria Costa Lopes, Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos. Percursos de Modernidade, Lisboa, Quimera, 2005, 749 páginas.

Este livro é fruto de uma excelente tese de doutoramento em Língua e 267